

... continuação

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

Matrix Energy Participações S.A.

às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

trações financeiras representando eventos de maneira compatível. • Obtemos evidência de auditoria adequada para expressar uma opinião sobre os responsáveis pela direção do grupo e, conseqüentemente com os responsáveis pela governança planejada, da época de auditoria, inclusive as evidências internas que identificamos durante a auditoria, em São Paulo, 24 de abril de 2019.

Pricewaterhouse
Audidores Independentes
CRC 2SP 000.160

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Projeto Rede - Projeto Inclusão Educacional e Social

CNPJ nº 61.699.567/0033-70

Nota do Administrador

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Ilicitados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2019. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, - Diretor Presidente da S.P.D.M.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Ativo	2018		2017		Passivo	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Ativo Circulante	60.218.607,56	22.606.924,54	60.325.066,55	22.696.470,79	Passivo Circulante	60.325.066,55	22.696.470,79		
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.639.256,85	13.070.201,90	35.225,00	2.661,12	Fornecedores				
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	1.677,75	397,47			Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.6)	82.432,44	67.163,59		
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	18.637.579,10	13.069.804,43			Salários a pagar (Nota 3.7)	1.364.707,95	1.199.089,97		
Valores a Receber (Nota 3.3)	40.009.831,28	8.055.860,29			Contribuições a recolher (Nota 3.8)	311.390,44	275.207,50		
Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota 3.3.1)	40.009.831,28	8.055.860,29			Provisão de férias (Nota 3.9)	1.862.085,71	1.776.450,82		
Outros Créditos (Nota 3.4)	1.569.519,43	1.480.862,35			Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.9)	148.811,04	142.004,18		
Adiantamentos a Fornecedores	-	205,00			Provisão de PIS sobre 13º Salário e férias (Nota 3.9)	18.623,46	17.761,60		
Antecipações Salariais	-	11.410,53			Provisão de despesas com quitações (Nota 3.10)	14.822.407,93	11.667.127,82		
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	1.551.778,01	1.429.868,27			Impostos a recolher (Nota 3.11)	50.984,11	47.485,62		
Outros créditos e adiantamentos	2.100,34	8.904,38			Obrigações Tributárias (Nota 3.12)	2.022,00	1.241,40		
Depósito judicial (Nota 3.4.2)	9189,00	23.484,54			Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (Nota 3.13)	59.661,99	53.653,10		
Adiantamento SPDM	6.210,95	5.262,10			Acordo Trabalhista a Pagar	4.300,00	898,92		
Valores Transitáveis	241,13	1.727,53			Outras contas a pagar (Nota 3.14)	150.320,82	115.497,27		
Ativo Não Circulante	67.383.137,96	2.539,24			Outros Valores de Terceiros	-	60,02		
Realizável a Longo Prazo	67.381.438,00	-			Contratos Públicos a Realizar (Nota 3.15)	41.412.093,66	7.330.167,86		
Contratos Públicos a Receber	67.381.438,00	-			Passivo não Circulante	67.395.167,40	31.481,42		
Ativo Imobilizado (Nota 3.5)	1.699,96	2.539,24			Provisão de Despesa Processo Trabalhistas (Nota 3.16.1)	12.029,44	28.942,18		
Bens de Terceiros (Nota 3.5.2)	1.699,96	2.539,24			Obrigações - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.5.2)	19.987,30	19.987,30		
Bens Móveis	19.987,30	19.987,30			Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.5.1)	(18.287,34)	(17.448,06)		
Ajuste vida útil-bens terceiros (Nota 3.5.1)	(18.287,34)	(17.448,06)			Contratos Públicos a Realizar (Nota 3.15)	67.381.438,00	-		
Total do Ativo	127.601.745,52	22.609.463,78			Total do Passivo	127.720.233,95	22.727.952,21		

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Resultados do exercício/ período

Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais

Ajuste nas contas patrimoniais

Varições nos ativos e passivos

(Aumento) Redução em contas a receber (99.424.066,07) 25.947.583,13

(Aumento) Redução em estoques

Aumento (Redução) em fornecedores 47.832,73 1.506,13

Aumento (Redução) em

contas a pagar e provisões 104.945.288,29 (26.174.207,27)

Aumento (Redução) de Bens de Terceiros (839,28) (839,28)

Disponibilidades líquidas geradas pelas

(aplicadas nas) atividades operacionais 5.568.215,67 (225.957,29)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

(-) Adição de Bens de Terceiros 839,28 839,28

Disponibilidades líquidas geradas pelas

(aplicadas nas) atividades de investimentos 839,28 839,28

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Disponibilidades líquidas geradas pelas

(aplicadas nas) atividades de financiamentos

Aumento (Redução) nas disponibilidades 5.569.054,95 (225.118,01)

No início do período 13.070.201,90 13.295.319,91

No final do período 18.639.256,85 13.070.201,90

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 2017

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins.

Características Da Unidade Gerenciada: Em 02/09/2010 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e SME Secretária Municipal da Educação firmam o **Termo de Convênio 327/2010** que destina-se a implantação e implementação do "PROJETO REDE", que visa oferecer aos educandos com deficiência e aqueles com Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD, regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, que não apresentarem autonomia para a locomoção, alimentação e higiene, suporte técnico e de apoio intensivo necessários para que possam se organizar e participar efetivamente das ati-

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

dez/18

dez/17

1 - Receitas

1.1) Prestação de serviços 32.712.853,26 27.825.637,38

1.2) Isenção usufruída sobre contribuições 6.599.111,01 6.030.804,95

2 - Insumos Adquiridos de

Terceiros (inclui ICMS e IPI)

2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d - 30.633,40

2.2) Serviço de terceiros e outros 527.702,91 299.606,22

2.3) Outros 505.053,16 13.417,54

3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)

4 - Retenções

5 - Valor Adicionado Líquido

Produzido Pela Entidade (3-4)

6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência

6.1) Receitas financeiras 826,94 872.806,68

6.2) Receitas financeiras 826,94 872.806,68

7 - Valor Adicionado Total (5+6)

8 - Distribuição do Valor Adicionado

8.1) Pessoal e encargos 31.634.490,52 27.844.342,74

8.2) Impostos, taxas e contribuições 2.129,02 240,00

8.3) Juros - 343,34

8.4) Aluguéis 42.054,70 34.898,98

8.5) Isenção usufruída sobre contribuições 6.599.111,01 6.030.804,95

8.6) Outras Despesas - 466.255,39

8.7) Trabalho Voluntário 2.249,89 8.706,45

Social - Rua Estado de Israel, 509. - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04022-001 - CNPJ nº 61.699.567/0033-70. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais

Instituição Financeira

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Banco do Brasil

Saldo 31/12/2016

Ajustes de Exercícios Anterior

Saldo 31/12/2017

Ajustes de Exercícios Anterior

Saldo 31/12/2018

Julgamos mais relevantes cor

2002) e suas alterações. O pla

Lei 11.638/2007, Segundo o m

um conjunto de títulos, apre

previamente definidos, nele tr

das de maneira uniforme para

e de suas variações, em um c

e o funcionamento das conta

plano de contas. 3.1 - Caixa e

zados neste subgrupo represe

conta bancária, bem como reci

de liquidez de caixa e de disp

Saldo em Caixa

Saldo em Bancos

Caixa e Equivalentes de Cai

Os recursos financeiros dispo

conta corrente bancária oficial

de R\$ 1.677,75 demonstrado

ras: As aplicações estão den

dos rendimentos corresponde

base no regime de competên

sendo com restrição uma vez

força de convênios e contrato

do contratante e não da SPDM

Tipo de Aplicação

CDB/RDB BB Reaplicação

CDB/RDB BB Reaplicação

Taxa %

9 % a.m

9 % a.m

➤ **continuação** contrapartida conta específica no passivo não circulante.

3.6 - Serviços de terceiros: Os valores contabilizados em Serviços de Terceiros são as obrigações decorrentes da prestação de serviços, seja por pessoa física ou jurídica. O saldo de R\$ 82.432,44, contabilizado nessa conta representa prestadores de serviço pessoa física e jurídica.

3.7 - Salários a Pagar: De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

3.8 - Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS.

3.9 - Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário): O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

3.10 - Provisão de Despesas c/ quitações: A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual conforme Termo de Colaboração 022/2018 ao Convênio nº 327/2010 estabelecido em seu Plano de Trabalho. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, sendo 25,97% sobre o valor da folha de pagamentos bruta se devidos fossem, em 31.12.2018, para fins de recolhimento de referentes a:

Composição	%
Férias	11,11
13º Salário	8,33
Multa FGTS	4,00
Encargo sobre Férias e 13º Salário	2,53
Total	25,97

3.11 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT.

3.12 - Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2018 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 2.022,00 e em 2017 foi de R\$ 1.241,40.

3.13 - Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03: A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece a seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2018 representa R\$ 59.661,99.

3.14 - Outras contas a pagar: Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição.

3.15 - Convênios Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante): De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2018 representa R\$ 41.412.093,66 (quarenta e um milhões, quatrocentos e doze mil, noventa e três reais e sessenta e seis centavos), a realizar a longo prazo representa R\$ 67.381.438,00 (Sessenta e Sete milhões, Trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e trinta e oito reais).

3.16 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas.

3.16.1 - Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2018, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 456.368,14, onde a probabilidade era tida como "provável" o valor total chegou a R\$ 12.029,44.

Passivo Contingência - 2018

Provável	Possível.
R\$ 12.029,44	R\$ 456.368,14

contingências ativas, cuja probabilidade era tida como "possível" no valor de R\$ 100.000,00 com relação às execuções Tributárias.

Ativo Contingência - 2018

Tributária Possível.
R\$ 100.000,00

3.17 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial.

3.18 - Apuração do Resultado: Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição.

4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais.

4.1 - Das Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência da conta a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios.

4.2 - Dos Custos e Despesas Operacionais: Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais e de apoio a instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM.

4.3 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag
AVES Ativos	916	892	908	915	908	925	913	914
Alunos	4077	4050	4177	4274	4362	4377	4407	448
U. E.	771	763	771	769	764	778	773	775

AVE-Auxiliar de Vida Escolar; U.E-Unidades Escolares Atendidas; Número total de atendidos em 2018 foi de 5.051 alunos com média mensal de 4.349 alunos.

8 - Relatório de Execução: A unidade não tem metas propostas, o atendimento é feito sob demanda, por solicitação da Secretaria Municipal da Educação. Vide dados de atendimento (Nota 7).

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30/10/2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 6.599.111,01. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF.

9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufrui ano exercício de 2018, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 5.623.870,36. Em 2017, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 5.196.297,03.

9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):

Termo de Convênio

Convênio nº: Termo de Cola Convênio nº327/2010 e Ad 001/2012, 001/2013, 006/

Total

5 - Patrimônio Líquido: Co acordo com apurado na Den de 2.012, e descrito em no ajustes necessários para se 1305/10 e 1409/12, no que restrição originários de con tipos de Assistência Govern acima relacionadas, não hot. Mutação do Patrimônio Líqu 31.12.2015, respectivamente peração de resultados defic tituição elaborou estudo de entendeu por bem, reconhe diretamente no PL, conform dentes e diretoria local, em v resultado operacional.

6 - R cimento de receitas e despe 07 R1), Item 12, o resultado reconhecimento em contas c das em bases sistemáticas. outras receitas no montante oitocentos e trinta e novo mi vos), os recursos foram apli unidade, considerando cust zando um montante de R\$ 3 e onze mil, quatrocentos e tr se houvesse apuração do re um resultado operacional st cento e vinte e sete mil, nove centavos), demonstrando o Esse superávit ficará consign "convênios/contratos público

7 - Das Disposições da Lei dade Filantrópica da área da cido no inciso II do artigo 4º ofertar à população carente a prestação de todos os ser mínimo de sessenta por cer serviços de que trata o inci realizadas e dos atendim pitulares e os atendimentos ser totalizados com base no Informações Ambulatoriais ((SIH) e na Comunicação de De acordo com o Art. 36 da gestão outras entidades po 10% dos serviços prestados. Os. O Projeto Rede - Projem 2018, a seguinte produç

dade das entidades do Terr ITG 2002 encontra-se a que administração das entidade Desta forma, conforme item prestação do serviço não to essencialmente por pes importante participação em dade possui dois tipos de tr tatutários e outro de presta da remuneração que seria (Conselhos, o de Conselhei um. Para o ano de 2018 ton tidados em Ago/2017 (R\$/ de Consultoria no Brasil 2i Romano Análise Estatístic como base o valor médio d gou-se ao montante devido pelo número de unidades voluntários a valorização é i tence o voluntário. Em 2011 R\$ 2.249,89; em 2017 este a Valor Presente (Resolu atendimento as legislações Valor Presente (AVP) em tr sivo, quando decorrentes d representa direito ou obriga mercado, implícitas em se taxas como despesas ou re tábeis dos itens que estão c da Entidade, a Administra de aquisição de ativo foi n pois essas rubricas (elemer os demais não se enquadr da Resolução 1.151/09, q a seguir, as seguintes situ toriedade no cumprimento origem aos ativos ou passiv do patrimônio líquido que te com liquidação financeira (realização diferente da date em sua essência, represent tendo como contrapartida c Essa situação deve-se ao f.